



## **A Curricularização da Extensão Universitária no Curso de Ciências Contábeis da UNESC**

### **Resumo**

O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar maneiras de oportunizar a curricularização da extensão no curso de Ciências Contábeis da UNESC. A pesquisa é descritiva, exploratória e documental; com procedimentos do tipo levantamento, por meio de análise qualitativa e entrevistas semiestruturadas, com docentes e coordenação do curso de Ciências Contábeis e gestores das demais áreas de formação das IES. Os resultados apontam que: i) a Universidade iniciou processo de discussão sobre o assunto nos diversos âmbitos institucionais, o que evidencia preocupação dos gestores não apenas com o cumprimento das exigências legais, mas com o objetivo da IES de tornar-se referência em comprometimento social; ii) o Curso realiza algumas ações e desenvolve projetos de extensão que foram intensificados a partir da criação do PEGC, os quais podem ser aprimorados e ampliados para atender a necessidade da curricularização da extensão; iii) a maioria dos professores entrevistados apresenta entendimento limitado sobre extensão, compreendendo-a apenas como prestação de serviços e desconhecem o verdadeiro conceito da extensão universitária. Conclui-se que o principal desafio para a inserção da curricularização da extensão no curso de Ciências Contábeis investigado está centrado no processo de conscientização dos docentes, que necessitam compreender o verdadeiro papel da extensão universitária na formação dos estudantes e para a comunidade externa.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária; Currículo dos Cursos de Graduação; Ciências Contábeis; Indissociabilidade, Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Linha Temática:** Pesquisa e Ensino da Contabilidade



## 1 Introdução

As Instituições de Ensino Superior (IES) podem ser classificadas em universidades, centros universitários e faculdades. No Brasil, atualmente é exigido somente das universidades a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete de forma positiva à IES pela qualidade dos trabalhos desenvolvidos e pela junção da universidade e da comunidade na medida em que incentiva a realização de projetos coletivos. Atrrelado aos sujeitos, processos, projetos, singularidades do pesquisar, do ensinar, do conhecimento e da aprendizagem, é imprescindível atentar-se para que a indissociabilidade não seja um discurso que impossibilita a fusão, as mudanças dos movimentos das pessoas e das direções institucionais (Menezes & Síveres, 2011).

De acordo com Garcia (2012) os princípios da extensão referem-se à socialização do conhecimento na inserção comunitária e, sobretudo, no respeito às diferenças. O papel social da universidade para a construção de uma sociedade igualitária e democrática demanda a indissociabilidade na construção de uma universidade com nível acadêmico de excelência, autônoma e democrática (Maciel & Mazzilli, 2010). A extensão por manter esta integração entre universidade e comunidade possui caráter transformador aos discentes, docentes e também para a própria comunidade ao fortalecer a troca de conhecimentos e concretizar experiências para o aprendizado dos estudantes recebido na academia.

De acordo com Vieira e Dalmolin (2015) muitos professores constataam a qualidade diferenciada na formação dos estudantes que vivenciam a experiência em projetos de pesquisa e extensão durante a sua vida acadêmica. Nesse sentido, percebe-se a importância da extensão universitária na formação de profissionais que irão atuar nas mais variadas áreas do conhecimento e para a sociedade que tem a oportunidade de trocar experiências e perceber o seu entorno com novos olhares e perspectivas.

Devido a importância da extensão no meio acadêmico o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005/2014, em sua meta 12, estratégia 12.7 estabelece que as IES brasileiras devem assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (Brasil, 2014).

Nesse contexto, a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), instituição comunitária localizada em Criciúma, Santa Catarina, que atua por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, está oportunizando discussões sobre a forma da curricularização da extensão nas diversas instâncias, incluindo os cursos de graduação.

O Curso de Ciências Contábeis da UNESC, *locus* do estudo, criou no ano de 2015 o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) e desde então, além de organizar projetos e ações de extensão universitária, fomenta discussões sobre a inserção da extensão na matriz curricular, porém ainda de modo incipiente. Logo, surgem muitas dúvidas relacionadas ao modo de oportunizar essa prática junto ao ensino de graduação. Diante disso, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: Como oportunizar a curricularização da extensão no Curso de Ciências Contábeis da UNESC?

O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar maneiras de oportunizar a curricularização da extensão no curso de Ciências Contábeis da UNESC. Para tanto, têm-se como objetivos específicos os seguintes: i) identificar o posicionamento dos integrantes da Universidade perante o processo de curricularização da extensão; ii) investigar as ações extensionistas existentes no curso de Ciências Contábeis; e, iii) evidenciar desafios na implementação da curricularização da extensão no Curso.



A pesquisa se justifica como contribuição prática na medida em que pretende instigar a Universidade e o Curso de Ciências Contábeis – gestores e docentes – sobre o desafio da curricularização da extensão prescrito pela Política Nacional de Educação (2014). A relevância se dá ainda na ampliação da inserção da Universidade na comunidade, além de servir como subsídio para as demais IES. Desta forma, priorizando a formação profissional dos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis, busca-se evidenciar a inserção da curricularização da extensão como uma forma de aprendizagem e contribuição para a formação técnica e o desenvolvimento de competências, bem como a experiência do aprendizado em sala de aula atrelado à aplicação do seu conhecimento na sociedade.

Espera-se que pesquisas como esta busquem reverberar positivamente na Universidade, ultrapassando as normas impostas, e que sirvam de subsídio aos gestores e docentes para implantação da extensão no currículo de forma que ela seja reconhecida cada vez mais pela sociedade em geral, como propulsora de conhecimento, construção pessoal e desenvolvimento da sociedade.

No aspecto teórico, a realização desse estudo se justifica devido à escassez de estudo sobre a curricularização da extensão. Assim, essa pesquisa poderá contribuir com os trabalhos de Jezine (2004), Garcia (2012), Imperatore e Pedde (2015), Vieira e Dalmolin (2015), Imperatore, Pedde e Imperatore (2015).

O estudo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução tem-se fundamentação teórica, metodologia da pesquisa, análises e discussões dos resultados e considerações finais.

## **2 Extensão nas universidades brasileiras**

Por meio do Decreto nº 19.851/1931 emergiu no sistema universitário o Estatuto das Universidades Brasileiras, sendo que neste período era visível a inserção da extensão. O decreto menciona a organização de cursos e conferências de extensão, destinados a prolongar a atividade técnica e científica dos institutos universitários, a efetivação da extensão por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, caracterizando a extensão como organização fundamental no cotidiano universitário (Brasil, 1931).

A extensão universitária inicialmente, formulada por meio de cursos de curta duração, destinava-se, principalmente, à propagação de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), conforme Lei nº 4.024/1961, pontuava as atividades de extensão como cursos de curta duração e de forma pouco abrangente. Essa lei dispõe em seu artigo 69 que os estabelecimentos de ensino superior poderiam ministrar os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão (Brasil, 1961).

Em 1968 a Lei Básica da Reforma Universitária nº 5.540, em seu artigo 40, instituiu que as IES, mediante suas atividades de extensão, deveriam proporcionar aos professores oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade (Brasil, 1968).

Em 1975 foi elaborada a primeira Política de Extensão Universitária no Brasil, que apresentou um significativo progresso conceitual para a extensão, como uma forma em que as IES estendessem sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações, auferindo destes o influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes (Brasil, 1975 como citado em Nogueira, 2001).

A partir dos anos 1980 as atividades de extensão passaram a ser discutidas por meio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX) e ao Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias



(FOREXT). O Forproex (1987, p. 11) conceitua extensão universitária como “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. Apresenta a extensão como via de mão-dupla, na qual comunidade, professores e estudantes constroem novos aprendizados.

Com a promulgação da nova LDB nº 9.394/1996 ampliou-se a abrangência da educação superior no que tange a cursos e programas de extensão. As universidades receberam novas atribuições tais como estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão. Com o intuito de garantir a autonomia didático-científica, coube aos colegiados a decisão de criar programas de pesquisas e atividades de extensão com possibilidade de recebimento de apoio financeiro do poder público, inclusive mediante bolsas de estudo (Brasil, 1996).

Nessa trajetória a extensão permeou do enfoque de fóruns de cultura/difusão do conhecimento para a alocação à realidade social, embora em alguns casos ainda persista a prática assistencialista via prestação de serviços (Imperatore, Pedde & Imperatore, 2015).

Jezine (2004) acredita que a extensão universitária anseia perder sua popularidade de função ocasional, incerta e desorganizada para caracterizar-se como uma função acadêmica, que compõe o pensar e o fazer universitário, constituindo-se parte integrante do currículo em uma perspectiva de interdisciplinaridade e indissociabilidade.

Garcia (2012) afirma que o papel da universidade e da extensão universitária foram expostos sob o olhar da relação dialógica entre formação profissional e compromisso social, tendo estes como possibilidade efetiva na direção da aproximação entre a obrigação técnico, científico e social do profissional com a realidade.

É notório que nenhuma mudança tocará mais na estrutura da universidade do que a relação com o seu exterior, a extensão promove a ligação do *campus* com as comunidades marginalizadas da informação acadêmica e leva o conhecimento a ser aplicado a serviço da maioria da população. Ademais, é visível que a extensão deve estar mais presente na universidade e no cotidiano dos acadêmicos, não só em forma de projetos e ações, mas também no currículo dos cursos, oportunizando o acesso à extensão a todos os estudantes e a sociedade de modo geral (Buarque, 1989).

Atualmente a extensão universitária possui uma tarefa essencial na sociedade. Desta forma, se faz necessário pensar em espaços institucionais que trabalhem a formação e a preparação de estudantes críticos e afetivos, com capacidade de analisar e que possuam facilidade no diálogo com as pessoas que compõem a sociedade (Menezes & Síveres, 2011).

Sob este enfoque, o PNE Lei nº 13.005/2014, dispõe em sua meta 12, estratégia 12.7 assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária, instigando as universidades brasileiras a refletirem seus conceitos e práticas extensionistas, a matriz curricular e a instituição como um todo (Brasil, 2014).

Para que a extensão possa ser articuladora dessa práxis, é visível a necessidade de transformá-la em parte integrante do projeto institucional das universidades e dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e dos programas de capacitação docente, deixando de ser apenas composta por ações isoladas, mas que compreendam institucionalmente os cursos (Garcia, 2012). Desta forma, a curricularização da extensão necessita ser planejada para não se tornar apenas um apêndice curricular que satisfaça as exigências legais. Necessita ser delineada de forma que não destrua a potência que a extensão tem, e sim tornar estes projetos aptos à prática da cidadania contida em muitos cursos como missão, no entanto pouco praticada (Vieira & Dalmolin, 2015).





É papel da extensão expandir a visão dos acadêmicos, dos docentes e dos funcionários que participam das atividades. É por meio desta prática que o contato com o mundo além dos muros da instituição se torna mais expressivo, no qual a educação assume o caráter de presença e transformação. Nesse olhar, a extensão torna-se um intenso impulsionador da educação, na medida em que o aluno se depara com os desafios da realidade, com sentimento de compromisso social na sua formação profissional (Menezes & Síveres, 2011).

A participação em atividades deste caráter, segundo Garcia (2012) oportunizam experiências múltiplas não só para os acadêmicos, mas para os docentes e auxiliam na construção do sujeito em nível pessoal, recebendo o reconhecimento da comunidade acadêmica, tornando-se indispensável no planejamento da gestão. Fato comprovado na pesquisa de Souza (2013) que evidencia a unanimidade dos relatos de extensão marcados pelo antes e depois da experiência, nos quais os acadêmicos descrevem como a extensão tornou possível o elo entre teoria e prática e as relações afetivas e emocionais proporcionadas pela prática extensionista.

Para os cursos de graduação em Ciências Contábeis as Diretrizes Curriculares Nacionais pela resolução n. 10/2004/CNE/CES, orientam, entre outros aspectos, o estabelecimento de formas de interdisciplinaridade, modos de integração entre teoria e prática, incentivo à pesquisa, concepção e composição das atividades de estágio curricular e das atividades complementares na organização curricular dos cursos. Especificamente no art. 8º, que versa sobre as atividades complementares, a resolução estabelece que estas devem possibilitar o desenvolvimento de competências no estudante adquiridas também fora da sala de aula, mediante práticas de estudos e atividades independentes, transversais, interdisciplinares relacionadas com o mundo do trabalho e com ações de extensão junto à comunidade.

### 3 Procedimentos metodológicos

O estudo está delimitado com uma abordagem qualitativa. Conforme Richardson (1999) esta metodologia expõe a complexidade de um problema, analisa a interação de variáveis, envolve e classifica processos vividos por grupos.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois expõe como são desenvolvidas as atividades de extensão no Curso de Ciências Contábeis na UNESC e os aspectos necessários para a curricularização da extensão sobre a perspectiva docente e da gestão. De acordo com Raupp e Beuren (2006) a pesquisa descritiva caracteriza-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, nem tão preliminar e nem tão profunda. Sendo assim, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros.

Enquadra-se, também, como pesquisa exploratória, por tratar de um assunto pouco discutido no cenário atual. Conforme Raupp e Beuren (2006) a caracterização do estudo como exploratório normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre o assunto tratado, buscando torná-lo mais claro.

Quanto aos procedimentos, efetuou-se um estudo do tipo levantamento devido ao uso de entrevista com professores, coordenação do Curso e representantes da Universidade, estes últimos por participam do processo de discussão sobre curricularização da extensão. A pesquisa de levantamento caracteriza-se pela interrogação dos indivíduos delimitados na pesquisa cujo comportamento se deseja conhecer (Gil, 2002). A amostra é intencional e não apresenta critérios probabilísticos.

Foi realizada pesquisa documental com base nos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, matriz curricular, Projeto Pedagógico do Curso (PPC), regulamento da Atividade Prática Específica (APE) e seus



relatórios. Segundo Gil (1994), a pesquisa documental fundamenta-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser trabalhados de outra maneira conforme os objetivos escolhidos pelo pesquisador.

Para identificar o posicionamento da universidade perante o processo de curricularização da extensão realizou-se entrevistas semiestruturadas com alguns representantes da IES que participaram da discussão sobre curricularização da extensão, conforme a comissão instituída pela Portaria nº 34/2016/REITORIA. Essa portaria objetivou discutir a curricularização da extensão na universidade e indicou oito docentes das quatro áreas de conhecimento, UNA CSA, UNA CET, UNA HCE, UNA SAU. Dessa população foram selecionados quatro gestores pelo critério de acessibilidade, sendo um de cada área.

Efetou-se contato para agendar as entrevistas com os gestores da IES por meio de telefonemas e aplicativo de mensagens instantâneas no período de agosto à setembro de 2017. As entrevistas foram realizadas nesses meses com tempo de duração 13 minutos em média e abordaram a curricularização da extensão e a sua execução na Universidade.

Também foi realizada entrevista semiestruturada com vinte professores do Curso de Ciências Contábeis, que foram selecionados por contemplarem as Atividades Práticas Específicas (APE's) nas ementas das disciplinas que lecionam. As APE's consistem em atividades extraclasse concomitantes ao desenvolvimento de disciplinas curriculares, visando consolidar e complementar conteúdos, objetivando agregar novos conhecimentos advindos fora do ambiente da sala de aula. Estas possuem caráter de obrigatoriedade (120 horas/relogio), correspondem a 4% da carga horária total do Curso e devem ser realizadas pelos acadêmicos conforme regulamento específico e critérios definidos pelo professor em plano de ensino (UNESC, 2016).

Com o intuito de analisar as formas de inserir a curricularização no Curso, as entrevistas com os professores foram dispostas em dois blocos, o primeiro relacionado à realização da APE; e o segundo referente à percepção do professor frente à extensão universitária.

As entrevistas com os professores foram agendadas antecipadamente por e-mail, no mês de agosto de 2017 e realizadas nesse mesmo mês, no período noturno, na própria Universidade e duraram em média 8 minutos. Também foi realizada entrevista com a coordenação do curso de Ciências Contábeis do mesmo modo como os demais professores.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas de forma fidedigna, corrigindo-se apenas os vícios de linguagem em Microsoft Word e retornadas aos entrevistados a fim de autorizar a sua publicação. Posteriormente as informações foram transferidas em planilha eletrônica Microsoft Excel para a análise dos dados. Dos entrevistados apenas um professor solicitou que a entrevista não fosse gravada.

#### **4 Análise e discussão dos resultados**

Nessa seção expõem-se o posicionamento dos integrantes da Universidade perante o processo de curricularização da extensão, as ações extensionistas existentes no curso de Ciências Contábeis e os desafios no processo de curricularização da extensão.

##### **4.1 A Extensão na UNESC**

A UNESC é mantida pela Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), entidade sem fins lucrativos, em serviço da inclusão social e de finalidade filantrópica,



caracterizando-se como universidade comunitária e reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013, pela Lei nº 12.881. A missão da Unesc (2017) visa "educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida". Desta forma, as atividades de extensão solidificam a missão da Universidade e vão ao encontro das finalidades de uma universidade comunitária.

De acordo com Vannucchi (2004) é possível afirmar que a universidade comunitária é da comunidade e deve direcionar a sua missão na interação com a comunidade; deve ser uma instituição mantida por uma pessoa jurídica de direito privado e sem finalidades lucrativas. Além disso, as universidades comunitárias executam um serviço público, no entanto, não se intitulam como estatal. Para tanto, o que vale é o pensar comunitário no cotidiano da universidade.

Os princípios e objetivos das Políticas de Extensão da UNESCO abarcam a efetivação da extensão universitária, permanência, regularidade das ações extensionistas e a sustentabilidade econômica de tais ações. A Resolução 12/2015 apresenta o objetivo geral da extensão que é promover a vinculação do conhecimento entre universidade e sociedade, por meio de ações articuladas, contribuindo para a concretização da missão institucional (Unesc, 2015).

Nesse contexto, tornou-se necessário registrar as atividades de extensão realizadas, por um sistema que possibilite visualizar de forma material e concreta as atividades extensionistas desenvolvidas pela Universidade. O registro das ações oportunizou a consolidação dos dados extensionistas em cada UNA, a participação de editais para angariar bolsas, a emissão de certificados, o cumprimento das normas extensionistas e solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), elaboração anual do Balanço Social da UNESCO, execução do plano de gestão, atualização do banco de dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a validação dos dados para o Fórum de Extensão Regional e Nacional das Universidades Comunitárias (UNESC, 2015).

Para o registro das atividades de extensão são consideradas oito áreas temáticas, com o objetivo de favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da extensão universitária brasileira de forma sistematizada, sendo eles: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho (RENEX, 2012).

A UNESCO atualmente divide a extensão em programas permanentes, no âmbito de cada unidade acadêmica, aprovados pelo colegiado das UNA's e pela Câmara de Extensão. Estes abrigam os projetos, ações comunitárias, cursos, prestação de serviços e eventos.

Dentre as quatro UNA's da Universidade está a UNACSA, que abrange os seguintes cursos de graduação: Administração de Empresas, Administração de Comércio Exterior, Ciências Contábeis, Direito, Ciências Econômicas, Secretariado Executivo e Tecnólogos em Gestão e Tecnologia em Gestão Comercial. Além disso, têm-se os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Socioeconômico e em Direito.

Na UNACSA, a extensão é realizada por quatro Programas Permanentes de Extensão, a saber: Programa de Ações em Economia Solidária (PAES); Programa de Extensão em Direito e Cidadania (PEDIC); Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor (POPE); e Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC); com forte integração de Ciências Econômicas, Direito, Administração e Ciências Contábeis, respectivamente.

Desta forma, a entrevista com os gestores da IES objetivou verificar a percepção da gestão universitária perante o processo de curricularização da extensão e avaliar como se pretende implantá-la.

Inicialmente foi questionado o entendimento sobre o conceito de extensão universitária, que foi apontado pelos entrevistados como o elo entre universidade e comunidade/relação





universidade e comunidade, que promove melhorias tanto para a sociedade quanto na qualificação do processo ensino-aprendizagem, conforme mostra a declaração do entrevistado 4.

Extensão é essa relação da universidade com a comunidade promovendo melhoria do cenário onde ela está inserida e do ponto de vista acadêmico ela tem que também promover um aprendizado, ser qualificadora do ensino.

No intuito de verificar a importância da realização da extensão para os estudantes, os entrevistados relatam que a extensão está crescendo cada vez mais e ganhando o espaço de respeito na Universidade, como transformadora da realidade da comunidade em geral e na formação de profissionais comprometidos com questões de cidadania. Esses resultados são corroborados pelos seguintes depoimentos:

A UNESCO é uma instituição que investe bastante nas atividades de extensão, até por ser uma universidade comunitária [...] considero muito importante a atividade de extensão para a universidade e para os acadêmicos que estão na universidade, vejo que a atividade de extensão possibilita um desenvolvimento de uma sensibilidade social maior, o aluno que participa de projeto, de um programa de extensão, ele sai daqui com um olhar diferenciado em relação à sociedade, em relação aos problemas da sociedade, saem com um compromisso social maior (Entrevistado 2).

Na medida em que o aluno consegue ter a visão mais prática daquilo que ele aprende, ele resignifica, e a resignificação faz com que esse aluno consiga olhar para o ambiente real, olhar para aquilo que o professor socializa em sala de aula e criar por si mesmo um significado diferente sobre aquilo que ele aprende [...] a extensão tira o aluno do status da média e o coloca em um status diferenciado (Entrevistado 3).

Na sequência foi questionado a forma de discussão sobre a curricularização na Universidade e se já foi aberto diálogo com os coordenadores de curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) para analisar a implantação da extensão na matriz curricular. Constatou-se que no período compreendido entre o final de 2016 e início de 2017 a Universidade oportunizou discussões sobre a curricularização da extensão no âmbito das UNA's por meio de formações continuadas de docentes, reuniões com coordenadores de curso e NDE's, de modo mais conceitual. Essa etapa buscou efetuar resgate sobre a concepção de currículo por parte dos docentes com a finalidade de internalizar o assunto, conforme observa o Entrevistado 03,

Estamos na fase em que os NDE's estão discutindo quais são as práticas de extensão que existem no currículo, muitos cursos da UNESCO já praticam a curricularização, porém não é acessível, as pessoas simplesmente fazem e às vezes nem sabem que aquilo ali é extensão, [...] tem professores que trabalham brilhantemente a extensão no currículo e não é divulgado.

Percebeu-se pelas entrevistas, que devido ao movimento eleitoral vivenciado pela universidade no primeiro semestre de 2017 e reforma estatutária ocorrida no segundo semestre, deixou-se para um segundo momento as discussões planejamento para implantação da curricularização.

Nota-se que está ocorrendo um movimento de discussão e resgate sobre os conceitos de currículo e extensão em várias instâncias universitárias e que os gestores se mostram otimistas com o prazo estabelecido para inserção da extensão nas matrizes curriculares dos cursos. Porém não existe planejamento concreto com definições de responsabilidade, etapas e prazos.





#### 4.2 Ações extensionistas desenvolvidas no curso

O Curso de Ciências Contábeis da UNESC, *lôcus* da pesquisa, foi criado em 30 de junho de 1975, devido à necessidade de profissionais capacitados para atuar nessa área em Criciúma e região. Possui como missão “formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental” (Unesc, 2016, p. 46).

Em relação à extensão o curso realizava, até o ano de 2015, apenas ações pontuais por meio dos docentes e discentes e havia participações em alguns projetos fomentados por editais internos. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) destaca algumas atividades de inserção na comunidade realizadas pelo Curso, a saber: a) Imposto de Renda na Praça, que visa orientar os contribuintes do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no preenchimento da declaração de ajuste anual e as formas de realizar doações ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA); b) Atividades Práticas Específicas que oportunizam a articulação dos conhecimentos teóricos obtidos no ensino com a realidade prática; c) Trote Solidário, no qual são realizadas atividades de integração entre ingressantes e desenvolvidas ações sociais junto à comunidade, como doação de sangue, arrecadação de fraldas, alimentos e brinquedos; d) Contabilizando Saúde, realizado no intuito de promover a prática esportiva no meio acadêmico, propiciando equilíbrio entre mente, corpo e espírito; e) Conhecer para Preservar, que tem como objetivo de conscientizar os acadêmicos sobre a necessidade da preservação ambiental, mediante a exposição de fotos, pôster, maquete, entre outros; f) Contabilizando Natal, com a finalidade de resgatar o verdadeiro sentido do Natal, que procura evidenciar o caráter social, com arrecadação e doação de brinquedos às crianças carentes da região; g) Projeto Solidariedade, que oportuniza aos acadêmicos a realização de ações práticas, educativas, e recreativas em instituições (orfanatos, asilos, casas de recuperação) de Criciúma e região; h) Contabilidade Solidária, ação na qual os acadêmicos constroem planilhas de controle financeiro e de estoques para auxiliar no gerenciamento das entidades sem fins lucrativos (Unesc, 2016). Percebe-se, de certa forma, que algumas ações de extensão não estão vinculadas diretamente a matriz curricular, porém para serem executadas envolvem estudantes, professores e a coordenação do Curso.

Em 2016 foi aprovada a criação do Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC) com o objetivo de “apoiar pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade” (Unesc, 2016, p. 81). Ademais, o PPC expõe que o PEGC poderá servir para apontar indicativos e subsídios para a inserção da extensão no currículo do Curso de Ciências Contábeis (Unesc, 2016).

Desta forma, no início de 2016, vinculados ao PEGC foram submetidos seis projetos de extensão dos quais foram aprovados dois, por meio do Edital 22/2015/UNACSA, com período de execução entre fevereiro de 2016 e março de 2018, são eles: a) Planejamento e controle de custos para formação do preço justo de vendas, com objetivo de desenvolver metodologia que oportunize a gestão de custos e formação do preço de venda justo aos empreendimentos participantes da Feira da Economia Solidária da UNESC; e, b) Programa de assessoria e consultoria contábil e organização das associações de pais e professores - APP's da rede pública municipal, com o objetivo de apoiar, por meio de orientação, assessoria e consultoria contábil às APP's da rede pública municipal de Siderópolis/SC. O Edital dispõe para cada projeto aprovado fomento de 4 horas-aula semanais para professores, duas bolsas de estudos equivalente a 20 horas semanais cada e recursos financeiros de R\$ 4.000,00, para serem



utilizados em dois anos. Atualmente os projetos estão desenvolvidos por oito docentes e seis bolsistas, com possibilidade de atuação de professores e estudantes voluntários.

Em 2017 o PEGC firmou parceria com duas importantes instituições do município de Criciúma, o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) e Observatório Social. Dentre as ações efetuadas destacam-se: a) elaboração da Cartilha Investimento Social – FIA, com o objetivo de incentivar os empresários da região a doarem parte do Imposto de Renda devido ao FIA e orientar o contador quanto à forma de informar essas doações para a Receita Federal do Brasil; b) realização do Painel de Debate Ciclo de Investimento Social – FIA, no intuito de apresentar a cartilha e discutir o assunto com a comunidade interna e externa; e c) realização do Painel - Contador, Observatórios Sociais e a Gestão Pública.

Com a finalidade de identificar demais ações de extensão realizadas no Curso e não sistematizadas em relatórios específicos ou não descritas no PPC, efetuou-se entrevista com a coordenação e professores das trinta disciplinas que contemplam a APE em suas ementas. A amostra contemplou 24 docentes, pois alguns lecionam mais de uma disciplina que apresentam APE e outras disciplinas possuem mais de um professor titular, uma vez o que Curso possui duas turmas. Desse total, tem-se uma amostra de aproximadamente 83%, pois 4 professores se recusaram a participar da entrevista pelos seguintes motivos: dificuldade de responder as perguntas sem leitura prévia; falta de tempo; e não se sentir a vontade ao ser entrevistado por uma estudante.

Percebeu-se que a realização da APE oportuniza interação com a comunidade em 9 situações, mediante aplicação de questionários e pesquisa *in loco*, mas não foi possível constatar se a comunidade recebe os resultados dessas atividades. Em apenas três disciplinas ocorrem extensão universitária por meio da APE, Contabilidade Intermediária I, Contabilidade e Análise de Custos e Contabilidade Meio Ambiente e Responsabilidade Social. Essas disciplinas são ministradas por duas professoras, que tem titulação de mestre e tempo de dedicação integral à Universidade.

Existem alguns desafios a serem superados. Um deles se refere ao acompanhamento mais efetivo da realização das APEs, que atualmente correspondem a quatro horas extraclasse por disciplina e sua nota deve compor, como peso 3,00, uma avaliação de cada disciplina. Verificou-se que 25% dos professores entrevistados não cumprem o Regulamento da APE no que se refere à pontuação; 35% dos docentes descumprem a obrigatoriedade ‘extraclasse’ e utilizam o tempo em sala de aula para confecção do trabalho e/ou apresentação dos resultados; e 20% solicitam trabalhos teóricos, de maneira que não cumprem o objetivo central da atividade que é prática.

O bloco 02 da entrevista buscou identificar o entendimento dos docentes sobre o conceito de extensão universitária. Constatou-se que 45% dos professores apresentaram entendimento aderente ao conceito de extensão universitária; 35% entendem a extensão somente como prestação de serviço; e 20% apresentaram entendimento superficial em comparação aos conceitos definido pelos autores mencionados Buarque (1989), Jezine (2004), Garcia (2012) e Vieira e Dalmolin, (2015). Os resultados são corroborados pelos seguintes depoimentos:

Extensão para mim é agir na comunidade, estar inserido, é levar acadêmico lá onde está o problema, é interagir com a comunidade é estudar, fazer o aluno ter essa reflexão do que ele viu [...] eu acho que isso é um crescimento muito interessante, tanto para o professor como para o acadêmico e até para a comunidade [...] (Entrevistado 16).



Extensão é tudo aquilo que a gente executa dentro da UNESC mais com o intuito de fornecer algum serviço para fora dela (Entrevistado 12).

[...] extensão é tudo que realmente o aluno está buscando além da sala de aula (Entrevistado 20).

Estudo, pesquisa (Entrevistado 11).

É a forma que a universidade tem de contribuir com a sociedade de forma prática, de forma útil (Entrevistado 09).

Foi questionado aos professores entrevistados se estes já tiveram algum contato com a extensão universitária. Com isso, foi possível evidenciar que 60% nunca tiveram contato com a extensão, os quais mostraram anteriormente não compreenderem o conceito de extensão universitária ou a entendem como prestação de serviço.

Conforme entrevista com a coordenação do curso, em reunião de colegiado de curso, realizada no início das atividades do primeiro semestre letivo, foi apresentado aos professores aspectos sobre a curricularização da extensão no intuito de informação e inicialização de planejamento. Porém, 55% dos professores entrevistados afirmaram não estarem cientes sobre o processo de curricularização da extensão e 10% lembraram-se do momento em que o assunto foi explanado na reunião com a coordenação. Percebe-se, novamente, a necessidade de realização de um trabalho intensivo junto ao corpo docente do Curso.

Foi indagado aos professores entrevistados sobre a importância da extensão para a formação dos estudantes. Os entrevistados apontaram unanimemente a importância da extensão para a formação acadêmica, conforme evidencia as declarações:

Muitíssimo importante, uma vez que aprimora muito o conhecimento que ele está tendo em sala de aula, que às vezes ele vai assimilar parcialmente só com o que está em sala de aula, mas quando ele vai colocar em prática por meio da extensão, ele acaba assimilando muito mais além de essa proximidade com a comunidade, poder contribuir com a comunidade de algum modo (Entrevistado 13).

Muito, eu acho que é um acadêmico que se forma sem extensão e outro acadêmico que se forma com extensão, tanto porque vai ter a prática como porque tem o acompanhamento do professor [...] uma coisa é tu aplicar em uma empresa com fins lucrativos, outra coisa é tu fazer um trabalho social, tem um outro lado que vê não só a busca por lucro a partir do que está estudando, mas também de melhorar o mundo (Entrevistado 4).

Por fim, ao questionar sobre o desenvolvimento de diferenciais nos acadêmicos que realizam extensão no transcorrer do Curso, 75% indicaram que sim; 10% responderam que não; e 15% afirmaram que nunca tiveram contato com estudantes que fazem extensão, conforme depoimentos:

Em sala de aula, não costumo fazer essa percepção não (Entrevistado 15).

[...] não teria embasamento até porque os alunos que eu leciono até hoje tem pouco contato e trabalho com a extensão [...] (Entrevistado 20).

Nota-se que a maioria dos professores percebe uma diferenciação no perfil dos estudantes extensionistas, conforme depoimento:



[...] o acadêmico que faz extensão ele tem um outro olhar, quando a gente coloca lá no perfil do egresso ser agente transformador da realidade onde atua, ele vai ser, formado ele vai atuar, dependendo do caráter dele, do perfil dele, ele vai atuar positivamente, [...] só que o acadêmico que já começa com isso, que tem a oportunidade de vivenciar, de conhecer os problemas, de se sensibilizar com as questões da cidade dele, da comunidade dele, da rua dele, isso dá um conhecimento muito grande, ele vai sair de fato um profissional diferenciado, vai ter um olhar para além das questões técnicas, eu não tenho dúvida disso (Entrevistado 18).

Porém, os resultados mostram que alguns docentes ainda não se deram conta que lecionam em uma universidade, que desenvolve suas atividades balizadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, e que para manterem-se atuantes nessa função precisam estar constantemente atualizados.

De fato são poucos os alunos que participam de atividades de extensão, principalmente, pelas características do perfil dos estudantes de Ciências Contábeis no cenário nacional, que mostra um aluno de classe baixa, trabalhador, com pouco tempo de dedicação aos estudos, sem hábito de leitura (Unesc, 2016). Tal fato contribui para poucos alunos se dedicarem a extensão universitária.

Em entrevista com a coordenação foi indagado o entendimento em relação à temática extensão universitária. A coordenação informou não ter uma ideia clara sobre o que é extensão e destacou que necessitará pesquisar sobre o assunto para definir o que é de fato extensão universitária. Atualmente, segundo entrevista com a coordenação, a extensão é realizada no curso por meio do PEGC, em algumas disciplinas pela APE e em eventos beneficentes promovidos pelo Curso. Esses apontamentos convergem com as informações contidas no PPC.

A coordenação do Curso tem conhecimento do processo de curricularização da extensão e reconhece a importância da extensão para a formação do estudante, conforme mencionado:

Acho que ela agrega experiência, agrega prática, ela trabalha com a realidade com as necessidades, ou seja, das comunidades [...] que eu acho muito simples, mas bem significativo.

Quanto ao planejamento para a inserção da curricularização da extensão, a intenção do Curso é fazer uma discussão sobre o assunto no segundo semestre de 2017. Além disso, a coordenação espera que a Universidade tenha um posicionamento. No momento o assunto é discutido no NDE do Curso.

#### **4.3 Desafios da Curricularização da Extensão**

A entrevista oportunizou aos professores e gestores da Instituição que sugerissem maneiras de execução da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação. Nas respostas os professores mencionaram cursos de orientação financeira, orientação para pequenos e médios negócios e entidade sem fins lucrativos, terceiro setor, informativo a população referente à transparência do setor público, criar rotinas de controles internos, trabalhos informativos junto a associações, sensibilização dos custos ambientais e desenvolvimento de planos financeiros junto à comunidade empresarial.

Os gestores da universidade elencaram a integração entre programas institucionais multidisciplinares no intuito de promover diálogo com as matrizes curriculares dos cursos, projetos transversais no âmbito dos cursos em que o aluno se reflita no projeto; projetos de extensão desenvolvidos nas disciplinas, por meio das atividades complementares; na





interlocução de projetos de extensão aprovados em edital com disciplinas ou com ações do curso; e por meio de eventos promovidos em contato com a comunidade.

No Quadro 01 apresentam-se algumas formas de inserir a extensão no currículo do curso de Ciências Contábeis da UNESC.

Quadro 01 – Propostas para a Curricularização da Extensão no Curso

<b>Categorias</b>	<b>Atividade</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Como realizar</b>
<b>Disciplinas</b>	1. APE; 2. Disciplina de extensão; 3. Processo Interdisciplinar Orientado (PIO) e Supervisão de Práticas de Estágio (SPE)	Comunidade empresarial e entidades do terceiro setor.	1. Destinar maior carga horária para realização da APE nas disciplinas, implementar formas de controles mais eficientes para acompanhar a execução da extensão e oportunizar a socialização dos resultados dessas atividades com a comunidade (empresários, entidades do terceiro setor e outros) mediante fóruns, encontros, painéis de debates, eventos como exposição Conhecer para Preservar e Contabilidade Solidária; 2. Incluir disciplinas específicas que oportunizem a realização da extensão ao colocar os estudantes em contato diretos com a realizada das entidades, por meio de editais. Citam-se algumas disciplinas como exemplo: Contabilidade Tributária com enfoque na orientação sobre IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) e Planejamento Tributário; Contabilidade e Análise de Custos, para controle e planejamento; Contabilidade Meio Ambiente e Responsabilidade Social para orientação sobre gestão ambiental nas organizações e atendimento as entidades sem finalidades lucrativas na elaboração de projetos para captação de recursos e na prestação de contas; 3. Oportunizar por meio do PIO e da SPE a execução de atividades de extensão, nos mesmos moldes da APE.
<b>Atividade Complementar</b>	Realização de consultorias e minicursos/oficinas	Comunidade empresarial e entidades do terceiro setor.	Criar novas categorias que possibilitem a realização de extensão pelos estudantes como atividades complementares, mediante consultorias e minicursos/oficinas relacionadas aos conteúdos curriculares e durante o transcorrer da graduação, com comprovação e supervisão.
<b>Eventos</b>	1. Contabilizando Natal; 2. Imposto de Renda na Praça e na UNESC; 3. Trote Solidário; 4. Contabilizando Saúde.	Estudantes, Coordenação e Comunidade em geral	Manter os eventos de cunho solidário para aproximar a comunidade dos estudantes, do Curso e da Universidade.
<b>PEGC e Projetos de Extensão</b>	1. Ampliar a atuação do PEGC com atendimento ao público externo 2. Ampliar os projetos desenvolvidos, como: Planejamento e Controle	Comunidade empresarial e entidades do terceiro setor.	1. Firmar parcerias com entidades como Observatório Social, cooperativas, organizações do terceiros setor e outras. 2. Focar a abrangência dos projetos na gestão pública, pessoa física, empreendedor individual,



Contabilidade e Perspectivas Futuras			
	de Custos para micro e pequenos empreendimentos e de agricultura familiar; orientação para as entidades sem fins lucrativos na elaboração de projetos para arrecadação de recursos e prestação de contas, entre outros.		micro e pequenos empreendimentos, de agricultura familiar e entidades do terceiro setor. 3. Aumentar o número de projetos de extensão submetidos a fomentos por editais internos e captação de recursos externos, no intuito de ampliar o número de professores e alunos envolvidos com a extensão universitária; 4. Realizar projetos de longo prazo com empreendimentos para auxiliar na gestão dos micros e pequenos negócios (Assessoria Contábil, Plano de Negócios e Gestão Financeira).

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A coordenação apontou a necessidade de identificar algumas disciplinas que teriam o papel de capitanear a extensão e realizar discussão com os membros do NDE para encontrar alternativas e destacou:

[...] vamos ter que preparar o corpo docente para isso e até darmos sugestões e encaminhamentos para eles, [...] vai ser para uma matriz nova que vai sair, e na matriz nova vamos ter uma nova modelagem uma nova configuração incluindo a extensão que aí começa desde a primeira fase.

Percebeu-se, de maneira geral, que os professores do Curso investigado apresentam domínio insuficiente sobre os conceitos de extensão universitária. Logo, o desafio inicial para a curricularização da extensão certamente está centrado no engajamento do corpo docente, que precisará repensar o seu compromisso com a Instituição, pois é preciso ir além da simples transmissão de conhecimento e atentar-se ao tripé que norteia as universidades, o ensino, pesquisa e extensão. Para o entrevistado 3,

A extensão ela tira da curva, ela te coloca numa via que ou ‘tu’ descobre e se torna um profissional melhor, ou para, não só o aluno, mas o docente também, porque o aluno ele vai ser desafiado naturalmente, mas o professor vai ter que estar preparado para planejar esse aprendizado.

O professor tem papel fundamental na formação de profissionais e precisa compreender a extensão como elo essencial na formação desses profissionais competentes e com um olhar além das questões técnicas da profissão, ou seja, comprometidos com a transformação da sociedade.

É notório que o Curso necessita flexibilizar o seu currículo e atentar-se a melhoria das atividades extensionistas que estão sendo realizadas para envolver os demais professores e acadêmicos e não somente os estudantes contemplados com bolsas de extensão mediante aprovação de projetos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou identificar maneiras de oportunizar a curricularização da extensão no curso de Ciências Contábeis da UNESC. Em relação ao primeiro objetivo específico que verificou o posicionamento dos integrantes da Universidade perante o processo de curricularização da extensão, percebeu-se que existe um trabalho em andamento, em fase de



internalização do assunto junto aos NDE's dos cursos e, segundo entrevistados, deverá ser concluído antes do prazo estabelecido pelo MEC.

No que tange ao segundo objetivo que visou investigar as ações extensionistas existentes no Curso, constatou-se que existem variadas formas de execução da extensão, no entanto desenvolvida de maneira centralizada por poucos docentes e discentes.

No que concerne ao terceiro objetivo específico, que investigou os desafios da curricularização da extensão no Curso, percebeu-se que o corpo docente precisa ser preparado para o processo de curricularização. Além disso, os estudantes do Curso possuem perfil de aluno trabalhador, que dispõem de pouco tempo extraclasse para a execução de atividades extensionistas. Conclui-se que a curricularização é fundamental para plenitude da extensão no Curso na medida em que garante a inserção social, um fator básico na qualidade do ensino, pois não se produz conhecimento apenas em sala de aula, deve-se compreender a verdadeira função da universidade junto à comunidade (CERQUEIRA, 2003).

Ressalta-se que o estudo apresentou algumas limitações, no sentido de que o processo de curricularização da extensão ainda ser embrionário na IES e não ter sido encontrada literatura sobre a temática na área da Contabilidade, mas poderá servir de base para realização de outras pesquisas. Como sugestão para futuras pesquisas propõe-se verificar a percepção dos membros do NDE e dos estudantes do Curso sobre o assunto; ampliar a pesquisa para os demais cursos de graduação da IES; e investigar outros cursos de Ciências Contábeis.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado em 21 abril, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.

\_\_\_\_\_. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Recuperado em 21 abril, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 21 abril, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

\_\_\_\_\_. Lei 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Recuperado em 03 maio, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12881.htm).

\_\_\_\_\_. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado em 04 março, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm).



\_\_\_\_\_. Lei 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Recuperado em 21 abril, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 10/2004, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. 2004. Recuperado em 10 junho, 2017, de [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf)

Buarque, C. (1989). Na fronteira do futuro. Brasília: UNB. 108p. (Série UNB).

Cerqueira, D. T. (2003) Em busca de uma definição de Extensão Universitária no Brasil: conceito, limites e características. In: Revista Extensão em Rede, v.1, n.1, p. 21-30.

Cruz, C. F. *et al.* (2009) Uma análise do desempenho do curso de Ciências Contábeis no ENADE a partir do Processo de Raciocínio da Teoria das Restrições. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador-BA, v. 3, n. 3, p. 33-48, set./dez. Recuperado em 11 agosto, 2017, de <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3807/2804>.

FORPROEXT. (1987) I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Conceito de extensão, institucionalização e Financiamento. Recuperado em 26 abril, 2017, de <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:npcn5KZ2ZVEJ:https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>

Garcia, B. R. Z. (2012) The contribution of the university extension for teachers education. 115 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 07 abril, 2017, de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16066>.

Gil, A. C. (1994-1995) Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas.

Gil, A. C. (2002) Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed São Paulo: Atlas.

Imperatore, S. L. B.; Pedde, V.; Imperatore, J.L.R. (2015) Curricularizar a Extensão ou Extensionarizar o Currículo? Aportes Teóricos e Práticas de Integração Curricular da Extensão ante a Estratégia 12.7 do PNE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU, 15, Argentina. Recuperado em 21 abril, 2017, de [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-SeCq9j-PlwJ:https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101\\_00175.pdf%3Fsequence%3D1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-SeCq9j-PlwJ:https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf%3Fsequence%3D1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br).

Jezine, E. (2004) As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, Belo Horizonte. Anais. Recuperado em 21 abril, 2017, de





<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jA95OK5oVqgJ:https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

Maciel, A. S.; Mazzilli, S. (2010) Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Percursos de um Princípio Constitucional. In: 33ª Reunião Anual da ANPED, Caxambú - MG. Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010. Recuperado em 26 abril, 2017, de <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DW3u7IeqnhcJ:www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab> Acesso em: 26 abr. 2017.

Menezes, A. L. T.; Síveres, L. (2011) Nas Fronteiras da Indissociabilidade – A Contribuição da Extensão Universitária. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p.51-67.

Nogueira, M. das D. P. (2001) Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Dóris Santos. (Org.). Brasília: UNB. p. 57-71.

Raupp, F. M.; Beuren, I. M. (2006) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). 3. Ed, ampl. e atual São Paulo: Atlas. p.76-97.

RENEX. Rede Nacional de Extensão. Políticas Nacional de Extensão. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Recuperado em 28 abril, 2017, de <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>.

Richardson, R. J. V. (1999) Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Souza, S. M. G. S. (2013) A extensão universitária como um princípio de aprendizagem - Prefácio. In: SÍVERES, Luiz (Org.). Brasília, DF: Liber Livro. p. 11-14.

\_\_\_\_\_. (2016) Universidade do Extremo Sul Catarinense. Projeto Político Pedagógico. Recuperado em 01 maio, 2017, de [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/12693.pdf?1458163912](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12693.pdf?1458163912).

\_\_\_\_\_. (2015) Universidade do Extremo Sul Catarinense. Resolução n. 12/2015/CONSU. Políticas de Extensão da Unesc. Recuperado em 28 abril, 2017, de <http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/11863.pdf?1438697836>.

\_\_\_\_\_. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Sobre a Unesc. Recuperado em 28 abril, 2017, de <http://www.unesc.net/portal/capa/index/91/5139>.

Vannuchi, A. (2004) A universidade comunitária: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola.

Vieira, A. J. H.; Dalmolin, B.M. (2015) Curricularização da Extensão: Potencias e Desafios no Contexto da Gestão Acadêmica. In CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Paraná. Recuperado em 21 abril, 2017, de [educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159\\_9517.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf)